



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL- UAB
COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS- CIPE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - SEAD/UEPB
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES PÚBLICOS-
PNAP/UEPB/UAB
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

JOSÉ LIRAILTON BATISTA FEITOSA

**A INEFICÁCIA DO ESTADO BRASILEIRO NO COMBATE À POBREZA NA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

**JOÃO PESSOA - PB
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UEPB

F311i Feitosa, José Lirailton Batista.
A ineficácia do Estado brasileiro no combate à pobreza na Constituição Federal de 1988. [manuscrito] / José Lirailton Batista Feitosa. – 2012.
49 f.

Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Coordenação Institucional de Projetos Especiais - CIPE, 2012.
“Orientação: Prof. Dr. Ramilton Marinho Costa, CIPE”.

1. Pobreza. 2. Desigualdade social. 3. Políticas públicas. 4. Estado. 5. Direitos sociais. 6. Constituição. I. Título.
21. ed. CDD 352.439

JOSÉ LIRAILTON BATISTA FEITOSA

**A INEFICÁCIA DO ESTADO BRASILEIRO NO COMBATE À POBREZA NA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Trabalho de Conclusão de curso submetido à avaliação do programa nacional de Formação de Administradores Públicos da Universidade Estadual da Paraíba-PNAP/UEPB/UAB para análise e parecer com fins de obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal da referida instituição.

Orientador: Prof. Drº. Ramilton Marinho Costa

**JOÃO PESSOA - PB
2012**

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado às pessoas que sempre estiveram ao meu lado pelos caminhos da vida, me acompanhando, apoiando e principalmente acreditando em mim: Meus pais Raimundo Batista dos Santos e Josefa Feitosa Batista e a minha noiva, que tanto estimo, Valéria de Castro Oliveira, pelo exemplo de caráter e dignidade.

“[...] em nossa vida, muitas vezes temos de nos resguardar por algum tempo para dar início a um processo de renovação. Para que continuemos a voar um voo vitorioso, devemos nos desprender de lembranças, costumes e outras tradições que nos causam dor. Somente livres do peso do passado, podemos aproveitar o resultado valioso que uma renovação sempre traz”.

O que podemos aprender com os gansos.

RESUMO

O Brasil, nas últimas décadas, vem confirmando, infelizmente, uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. O objetivo deste trabalho é discutir o conceito e dimensão da pobreza no Brasil, com especial destaque à região Nordeste. Destacar a origem da pobreza como um conjunto complexo de fatos sociais que exigem uma reavaliação do Estado e da sociedade. Por esta via, para se alcançar a erradicação da pobreza, é necessário que se crie oportunidades para que a população pobre seja integrada à sociedade de consumo, através de programas de políticas públicas que proporcionem a correção dos fatos sociais desencadeadores da pobreza. Tudo isso induz à conclusão de que discutir simplesmente a pobreza como um problema de renda não constituirá solução para o problema. Por fim estabelecendo uma reflexão acerca das políticas dos direitos fundamentais sociais na Constituição Federal de 1988, buscando demonstrar o papel do Estado na concretização dos direitos fundamentais sociais mediante a prestação de serviços públicos, os quais se configuram como instrumentos destinados ao oferecimento de prestações materiais imprescindíveis à consolidação da dignidade humana, operando, inclusive, com condição ao exercício dos demais direitos, sem desprezar os diversos obstáculos presentes à aplicabilidade dos direitos prestacionais, tendo como referência o paradigma causal da pobreza enquanto fator social.

Palavras-chave: Pobreza. Desigualdade. Políticas públicas. Estado. Direito Sociais e Constituição.

ABSTRACT

Brazil, in recent decades, has been confirmed, unfortunately, a trend of tremendous inequality in income distribution and high levels of poverty. An unequal country, exposed to the historical challenge of facing a legacy of social injustice that excludes a significant portion of its population's access to minimum conditions of dignity and citizenship. The aim of this paper is to discuss the concept and extent of poverty in Brazil, with special emphasis on the Northeast. Highlight the source of poverty as a complex set of social facts that require a reassessment of the state and society. In this way, to achieve the eradication of poverty, it is necessary to create opportunities for the poor to be integrated into the consumer society, through programs of public policies that provide the correction of social factors triggering poverty. All this leads to the conclusion that simply discuss poverty as a problem of income will not constitute the solution to the problem. Finally establishing a reflection about the politics of fundamental social rights in the Constitution of 1988, seeking to demonstrate the state's role in achieving the fundamental social rights through the provision of public services, which are configured as instruments for the delivery of materials essential services the consolidation of human dignity, operating, even with the condition execícios other rights, without ignoring the various obstacles present installment of the applicability of rights, with reference to the causal paradigm of poverty as a social factor.

Keywords: Poverty. Inequality. Public policies. State. Social Rights. Law and Order.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. CONCEITO DE POBREZA	02
2.1. A POBREZA GLOBALIZADA	02
2.2. NO BRASIL	04
2.2.1. ERRADICAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DA PARAÍBA	10
3. CONCEITUAÇÃO DO ESTADO	12
3.1. FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO	16
3.2. ESTADO E POBREZA	17
3.3. DIREITO E SOCIEDADE	18
4. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA	21
4.1. DIREITOS SOCIAIS E EXCLUSÃO SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO	22
5. O DIREITO E SUA REGULAÇÃO	23
6. A POLÍTICA DA POBREZA	24
6.1. ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS SÓCIAS	26
6.2. CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	27
6.3. ELABORAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	29
7. DETERMINANTES IMEDIATOS DA POBREZA	31
7.1. INCLUSÃO SOCIAL	33
7.2. ACESSO A JUSTIÇA	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
6. REFERÊNCIAS	38

I – INTRODUÇÃO

Tendo em vista a constante evolução do Direito, buscando acompanhar os fatos sociais, tendo como cenário o contexto histórico de determinadas épocas, observa-se, nitidamente, que os menos favorecidos são as maiores vítimas da sociedade contemporânea e da exclusão. Evidencia-se a maior vulnerabilidade dos grupos atingidos por discriminação tais como a desigualdade social, que numa Nação democrática viola o princípio constitucional que tem como fito a inclusão social.

Analisando a formação do Direito Brasileiro, depara-se com várias situações problemáticas, devido à forma na qual o Estado brasileiro consolida-se. O Brasil nasceu sendo uma colônia de exploração portuguesa por vários anos, o que lhe confere um amplo quadro histórico de injustiças com a população, e ainda o País é caracterizado como uma nação capitalista periférica, não permitindo o desenvolvimento autônomo da justiça.

Importa explicitar que a desigualdade econômica, que lhe é correlata cerceiam o acesso material aos direitos fundamentais da pessoa, garantidos formalmente pelos instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos e pela Constituição Federal Brasileira.

Por fim, procura-se demonstrar a viabilidade econômica do combate à pobreza e justificar a importância, no atual contexto econômico e institucional brasileiro, de estabelecer estratégias que não descartem a via do crescimento econômico mas que enfatizem, sobretudo, o papel de políticas redistributivas que enfrentem a desigualdade.